

3.1.7 Sétimo Semestre

Legislação, Ética e Exercício Profissional da Engenharia (AL0142)

Carga Horária:

Total do Componente: 30 horas.

Presencial Teórica: 30 horas.

Presencial Prática: 00 horas.

EaD Teórica: 00 horas.

EaD Prática: 00 horas.

Extensão: 00 horas.

Pré – requisitos: não há

Ementa:

Fundamentos e conceituação filosófica de moral, ética e valores. Ética no ambiente de trabalho. Sistema CONFEA/CREAs. Legislação Profissional - CONFEA/CREAs. Código de Ética Profissional do engenheiro. Legislação Profissional - CONFEA/CREAs. Responsabilidade Técnica - Código de Defesa do Consumidor. Propriedade Intelectual. Direitos Autorais. Transferência de tecnologia-concorrência desleal - abuso de poder econômico. Acervo técnico. Atribuições profissionais.

Objetivo Geral:

Conhecer acerca das responsabilidades técnicas e civis, numa perspectiva da ética e do exercício profissional no papel de sujeitos participantes das mudanças socioeconômicas.

Objetivos Específicos:

São objetivos específicos deste componente:

- Identificar com clareza as suas atribuições profissionais.
- Distinguir as diferentes áreas de atuação da engenharia.
- Conhecer os princípios legais e éticos pertinentes às suas áreas profissionais.

Bibliografia Básica:

CREA-PR, CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PARANÁ. **Manual do profissional da engenharia, arquitetura e agronomia**. Curitiba: CREA-PR, 2004.

GOYANES, M. **Tópicos em propriedade intelectual: marcas, direitos autorais, designs e pirataria**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SOUZA, M. G. **Ética no ambiente de trabalho: uma abordagem franca sobre a conduta ética dos colaboradores**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ZEGER, A. Mercado e concorrência: abuso de poder econômico e concorrência desleal. **Revista da SJRJ nº 28 – Direito Econômico, Financeiro, Tributário e Previdenciário - Economic, Financial, Tax and Social Security Law**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 28, p. 47-68, 2010. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/revista-sjrj/artigo/mercado-e-concorrenca-abuso-de-poder-economico-e-concorrenca-desleal-market>. Acesso em: 26 nov. 2022.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973**. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Brasília: CONFEA, 1973. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=266>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002**. Adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências. Brasília: CONFEA, 2002. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=542>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 1.004, de 27 de junho de 2003**. Aprova o Regulamento para a Condução do Processo Ético Disciplinar. Brasília: CONFEA, 2003. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=544>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades Brasília: CONFEA, 2004. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=548>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005**. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de

fiscalização do exercício profissional. Brasília: CONFEA, 2005. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=550>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências. Brasília: CONFEA, 2009. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=43481>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 1.029, de 17 de dezembro de 2010**. Estabelece normas para o registro de obras intelectuais no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea. Brasília: CONFEA, 2000. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=46272>. Acesso em: 26 nov. 2022.

CONFEA, CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016**. Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. Brasília: CONFEA, 2016. Disponível em: <https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=59111>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PEREIRA, M. L. L. **Sistema Confea/Crea: 75 anos construindo uma nação**. Brasília: CONFEA, 2008. Disponível em: <https://www.confea.org.br/sites/default/files/2019-05/livro75anos.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SÁ, A. L. de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2010.